

SUMÁRIO

Nota à 2ª edição	9
Prefácio	
Professor Álvaro Atallah	11
Ministro Teori Albino Zavascki	19
Introdução	21
1. Direito à saúde e o Poder Judiciário	25
1.1 Considerações iniciais	26
1.2 Direitos fundamentais sociais	27
1.2.1 Dignidade da pessoa humana e mínimo existencial em saúde ..	27
1.2.2 Dever de progresso e proibição de retrocesso	30
1.3 A extensão do direito fundamental à saúde. A possibilidade de restrição	32
1.4 A crise do Estado brasileiro	38
1.5 Protagonismo do Poder Judiciário	39
1.6 Quais são os limites do Poder Judiciário?.....	42
1.6.1 Entre o ativismo judicial e a autocontenção judicial	43
1.6.2 Critérios para a teoria da decisão em processos judiciais sobre saúde pública e saúde suplementar	56
1.6.3 Diálogos institucionais	60
1.6 Considerações finais	64
2 Nova perspectiva sobre a judicialização da saúde	65
2.1 Considerações iniciais	66
2.2 O papel do CNJ na judicialização da saúde	66
2.2.1 Iniciativas do Fórum da Saúde do CNJ	69
2.2.2 Núcleos ou Câmaras de Apoio Técnico	69
2.2.3 Enunciados	70
2.2.4 Cartilhas	70
2.2.5 Mutirões de conciliação	71

2.2.6 Especialização de varas de saúde pública	72
2.2.7 Jornada de direito da saúde do CNJ	73
2.2.7.1 Enunciados de saúde pública	73
2.2.7.2 Enunciados de saúde suplementar	74
2.2.7.3 Enunciados de biodireito	75
2.2.8 II e III Jornadas de Direito da Saúde do CNJ	76
2.3 Novas perspectivas de atuação do Legislativo, do Executivo e do Judiciário	78
2.4 Legitimação democrática da decisão judicial	81
2.5 Casuística judicial	86
2.6 Considerações finais	90
3. Moldura jurídica e fática do direito constitucional da saúde	99
3.1 Considerações iniciais	100
3.2 Moldura constitucional do direito à saúde	102
3.3 Moldura fática do financiamento à saúde	108
3.4 Princípio republicano: escolhas, escassez e racionamento	115
3.5 Aspectos positivos e negativos da judicialização da saúde	126
3.6 Considerações finais	129
4. Política pública e deferência judicial	131
4.1 Considerações iniciais	132
4.2 Doutrina Chevron	134
4.3 Deferência judicial no Brasil	137
4.4 Expertise técnica e o caso <i>Daubert</i>	141
4.5 Consequencialismo das decisões judiciais	145
4.6 Considerações finais	148
5. Buscando uma lógica organizativa na judicialização da saúde	151
5.1 Considerações iniciais	152
5.2 Contextualizando o problema	153
5.3 Um efetivo sistema público de saúde	157
5.4 O que a judicialização tem a ver com isto?	159

5.5 O futuro da judicialização	176
5. Considerações finais	178
6. Como usar a Saúde Baseada em Evidências	181
6.1 Considerações iniciais	182
6.2 Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas – PCDT's	183
6.3 A CONITEC e os protocolos	188
6.4 O que é medicina baseada em evidências – MBE?	192
6.5 Como buscar as evidências	201
6.6 O papel dos Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário – NATJU	212
6.7 Banco de dados e o e-NATJUS	215
6.8 Considerações finais	227
7. Incorporação de nova tecnologia em saúde: a Conitec e o Nice	231
7.1 Breve histórico da Conitec	233
7.2 A Conitec e a Medicina Baseada em Evidências	235
7.3 Breve histórico do Nice	237
7.4 Valorizando a Conitec	239
7.5 Judicialização da saúde e a Conitec	241
8. A atenção primária à saúde: um enredo para o SUS	233
8.1 Saúde também dá samba!	235
8.2 Nem só de tristeza vive esse enredo	237
8.3 Sambando com a judicialização	239
8.4 Um novo enredo: voltando às origens	239
8.5 Últimas alegorias	239
9 A atenção primária à saúde e inclusão de outros atores	263
9.1 . Atenção primária à saúde	264
9.2 Qual atenção primária da saúde e o programa da saúde da família?	267
9.3 Substituindo a importação de médicos por outros profissionais da saúde	270

9.4 Considerações sobre a prescrição farmacêutica e atribuições clínicas	276
9.5 Considerações finais	278
10. A Era do (não) Direito à Saúde	279
10.1 Considerações iniciais	280
10.2 Direito à Saúde e honestidade orçamentária	281
10.3 Saúde e futebol, uma curiosa relação	282
10.4 Direito à morte digna	284
10.5 SUS alternativo	284
10.6 Biotestamento e a autonomia da vontade	289
10.7 Conflito de interesses na área da Saúde	289
10.8 Vacina e direito de resistência	290
10.9 Importação particular de medicamentos não registrados	291
10.10 <i>Overbooking</i> na Saúde	294
10.11 Lei de Roemer e o Direito à Saúde	295
10.12 Precificação das tecnologias em Saúde	296
11. Em buca de uma nova Judicialização da Saúde	299
11.1 A primeira porta do SUS	300
11.2 LINDB e a nova Judicialização da Saúde	301
11.3 A atuação do Ministério público no Direito à Saude	304
11.4 Assistência farmacêutica e Judicialização da Saúde	306
11.5 Substituição de medicamentos no processo judicial	308
11.6 Concorrência no mercado de medicamentos (caso Avastin x Lucentis)	310
11.7 Spinraza sem custo?.....	311
11.8 Prescrição médica e falsidade ideológica	313
11.9 Urgência processual e urgência na Saúde	314
11.10 e-NATJus e a racionalização da Judicialização da Saúde	315
Referência Bibliográfica	317
Site para pesquisa de medicina baseada em evidência	335